



ORDEM  
DOS  
PSICÓLOGOS

Intervenção na Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto

# Desenvolvimento das aprendizagens, saúde psicológica e bem-estar durante e pós-pandemia

**Intervenção na Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto - Desenvolvimento das aprendizagens, saúde psicológica e bem-estar durante e pós-pandemia**, publicado pela Ordem dos Psicólogos Portugueses.

A informação que consta deste documento, elaborado em Junho de 2021, e na qual ele se baseia foi obtida a partir de fontes que os autores consideram fiáveis. Esta publicação ou partes dela podem ser reproduzidas, copiadas ou transmitidas com fins não comerciais, desde que o trabalho seja adequadamente citado, conforme indicado abaixo.

**Sugestão de citação:** Ordem dos Psicólogos Portugueses (2021). Intervenção na Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto - Desenvolvimento das aprendizagens, saúde psicológica e bem-estar durante e pós-pandemia. Lisboa.

**Para mais esclarecimentos contacte Ciência e Prática Psicológicas:**  
andresa.oliveira@ordemdospsicologos.pt

Ordem dos Psicólogos Portugueses Av. Fontes Pereira de Melo 19 D 1050-116 Lisboa T: +351 213 400 250 Tlm: +351 962 703 815 [www.ordemdospsicologos.pt](http://www.ordemdospsicologos.pt)

**Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto**

**Comissão 8ª - CECJD XIV**

02.06.2021

**Desenvolvimento das aprendizagens, saúde psicológica e bem-estar durante e pós-pandemia**

Marisa Carvalho, Ordem dos Psicólogos Portugueses

**Intervenção inicial**

Sr. Presidente desta Comissão,

Sras. Deputadas,

Srs. Deputados,

Na qualidade de Presidente do Conselho de Especialidades de Psicologia da Educação da Ordem dos Psicólogos Portugueses, agradeço a disponibilidade para nos acolherem e discutirem connosco questões de âmbito educativo relacionadas com o desenvolvimento das aprendizagens, saúde psicológica e bem-estar durante e pós-pandemia.

A Ordem dos Psicólogos Portugueses tem procurado, de forma sistemática e persistente, contribuir para o desenho de políticas e para a implementação de práticas em educação que respondam aos desafios sociais atuais e, deste modo, às necessidades das escolas e, particularmente, dos seus alunos. Face à situação de pandemia, a OPP tem procurado contribuir de forma diversa, com iniciativas variadas, dirigidas a diferentes públicos, e em diferentes canais. Na área da educação, assinalamos, a título de exemplo, o desenvolvimento de ações de apoio e formação a psicólogos, integrando supervisão, a publicação de materiais diversos dirigidos a profissionais, pais e famílias e alunos, a participação em programas televisivos de divulgação nacional e, mais recentemente, a representação no Grupo de Trabalho que teve como missão apresentar sugestões e recomendações à Tutela da área da educação, no âmbito da criação do plano para a recuperação e consolidação das aprendizagens e de mitigação das desigualdades decorrentes dos efeitos da pandemia da doença COVID-19, destinado aos alunos dos ensinos pré-escolar, básico e secundário, e no qual a OPP propôs incluir a dimensão da recuperação, prevenção e promoção da saúde psicológica, bem estar e proteção social.

A situação de pandemia, com a associada intermitência do ensino presencial, obrigou a sucessivas adaptações na organização das escolas e nos processos de educação e ensino. A este propósito, gostaríamos de assinalar algumas questões prévias.

Em primeiro lugar, a resposta imediata de todos os profissionais, professores e psicólogos, aos desafios colocados pela pandemia, e em especial, pelo ensino a distância.

Em segundo lugar, o esforço exigido às famílias e aos alunos no processo de adaptação às situações de confinamento, e conseqüente ensino online, com tudo o que implica do ponto de vista da reorganização pessoal e familiar, da conciliação de papéis e de gestão de recursos.

Em terceiro lugar, dar nota das oportunidades criadas a partir de uma situação tão adversa como esta pandemia, com especial destaque para o uso das tecnologias digitais ao serviço das aprendizagens e desenvolvimento dos alunos.

Finalmente, assinalar a necessidade de se pensarem medidas de curto prazo, com carácter emergencial, mas também medidas de longo prazo, orientadas para o desenvolvimento das aprendizagens, saúde psicológica e bem estar dos alunos. Não sendo, ainda, totalmente claros os efeitos da situação de pandemia na aprendizagem, saúde psicológica e bem estar de crianças, jovens e adultos, alguns trabalhos nacionais e internacionais parecem indicar efeitos negativos nestas áreas, em especial para aqueles que se encontram em maior risco prévio de exclusão ou desvantagem, o que justifica a reflexão e ação atempadas.

De acordo com o exposto, apresentamos 3 propostas de ação, complementares entre si, e não dispensando outras que possam revelar-se necessárias.

### **Proposta 1. Plano emergencial de escola, integrado, articulado e de base colaborativa**

Cada escola deve ser capaz de desenhar planos de ação emergenciais, integrados (que considerem as múltiplas dimensões da pessoa, em especial relacionadas com a saúde psicológica, bem estar e aprendizagem), articulados (de organização multinível, multimedida e multisserviço, de resposta a todos e a cada um dos alunos) e com o envolvimento e colaboração de múltiplos intervenientes, desde a planificação à avaliação. Com carácter emergencial, imediato, e de curto prazo, estes planos devem partir do conhecimento real, efetivo e atualizado da realidade das escolas e dos seus alunos. Por isso, deve sustentar-se em processos de recolha de dados com indicadores relativamente abrangentes (que incluam áreas relevantes), sensíveis (que permitam detetar mudanças) e informativos (que forneçam informação sobre a mudança

e pistas para a ação), fazendo uso, por exemplo, de mecanismos de rastreio ou de avaliação, não só relacionados com a aprendizagem, mas também com as dimensões sociais e emocionais. Estes dados deverão estar na base de propostas de ação que incluam medidas universais, para todos os alunos, e medidas dirigidas e personalizadas, neste caso especificamente desenhadas para responder a necessidades mais individuais de alunos que delas necessitem. Além disso, este plano deve operacionalizar-se a partir de práticas baseadas em evidência que ofereçam maiores garantias de eficácia (por exemplo, práticas de ensino diferenciado e de qualidade em sala de aula, reforço de tutorias e mentorias, programas de tempos livres, de participação voluntária, e de base experiencial). Finalmente, priorizar medidas orientadas para o desenvolvimento socioemocional, bem estar, aprendizagens; anos de transição de ciclo, em especial com enfoque para as crianças mais pequenas; e crianças e jovens em situação de maior vulnerabilidade, risco ou desvantagem.

**Proposta 2. Plano estratégico de escola, de longo prazo, assente nos princípios de inclusão e inovação, que incorpore os planos emergenciais (sustentabilidade e resiliência)**

Cada escola deve ser capaz de desenhar planos de longo prazo, que integrem planos de curto prazo e com caráter emergencial, articulados a partir de uma visão estratégica assente em princípios e práticas de inclusão e de inovação. Para além da conceção necessariamente holística, que considere as múltiplas dimensões da pessoa, sistémica, que considere a complexidade da escola enquanto organização, e de base colaborativa, que implique o envolvimento e colaboração dos múltiplos intervenientes, este plano deve partir do conhecimento de cada escola e dos seus alunos (por exemplo, o que se aprendeu e o que ainda se vai aprender), potenciar competências e oportunidades (por exemplo, uso das tecnologias digitais ao serviço da aprendizagem, múltiplas modalidades de ensino, projetos e práticas de inovação pedagógica, formas alternativas de comunicação e colaboração), garantir o envolvimento dos diferentes intervenientes (profissionais, pais/famílias, alunos, comunidade alargada) e prever mecanismos adequados e eficazes de capacitação e de desenvolvimento profissional (e pessoal) de docentes e não docentes, e das próprias lideranças.

**Proposta 3. Plano de construção de ambientes inclusivos orientados para a promoção do desenvolvimento socioemocional, saúde psicológica e bem-estar**

Sob a liderança dos Serviços de Psicologia e das Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva, e de forma integrada e articulada com os planos de escola, deve desenhar-se um plano orientado para a construção de escolas mais inclusivas, centradas na participação e na pertença de todos e de cada um dos alunos (e dos profissionais), considerando o universo dos alunos (e da comunidade) mas atendendo a individualidade de cada um. Estes planos devem centrar-se, especialmente, na promoção do desenvolvimento socioemocional, saúde psicológica e bem estar bem como da literacia nestes mesmos domínios, nomeadamente através da criação de oportunidades que permitam a reflexão e a discussão de temas relacionados com a saúde psicológica, a organização de ações e programas de promoção de competências socioemocionais ou o aprofundamento de iniciativas e práticas que garantam a participação efetiva dos alunos nos processos de tomada de decisão designadamente em áreas relacionadas como as aqui referidas. Neste âmbito, importa reforçar duas condições facilitadoras e necessárias. Por um lado, a criação de uma rede integrada de cuidados de saúde psicológica e mental onde deverão convergir os serviços prestados pelos profissionais das escolas (nomeadamente os psicólogos), das autarquias, das unidades locais de saúde, das CPCJ e de outras estruturas de saúde e educação, justiça. Por outro lado, a continuidade de medidas, projetos e ações que se encontram em curso e que têm vindo a relevar-se de grande utilidade e eficácia na intervenção nesta e noutras áreas.

As prioridades de ação que propomos implicam que se garantam algumas condições, das quais destacamos a manutenção e reforço do número de psicólogos nas escolas, e das respetivas condições de trabalho, e a capacitação dos profissionais (lideranças, professores, psicólogos, assistentes operacionais, entre outros). Além disso, estas (e outras) medidas devem integrar mecanismos de monitorização e avaliação adequados.

Concluo, ficando ao dispor para qualquer questão.

A Presidente do Conselho de Especialidades de Psicologia da Educação da  
Ordem dos Psicólogos Portugueses

*Marisa Carvalho*



ORDEM  
DOS  
PSICÓLOGOS

[www.ordemdospsicologos.pt](http://www.ordemdospsicologos.pt)  
[www.recursos.ordemdospsicologos.pt/repositorio](http://www.recursos.ordemdospsicologos.pt/repositorio)  
[www.eusinto.me](http://www.eusinto.me)